

E.M. Professor Sebastião Vayego de Carvalho

Av. Ver. Rubens Mazieiro, 100 – Ouro Fino Paulista – CEP: 09442-700

Fone: (11) 4822-3137 / 4827-0948

E-mail: emvayego@hotmail.com

DISCIPLINA : HISTÓRIA
SEMANA 10: 10/05 A 14/05

NOME:	Nº:	SÉRIE: 9º A,B,C
PROFESSOR(A): FABIA CRISTINA SOARES DA SILVA	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03	
ENVIAR PARA: WHATSAPP E GOOGLE CLASSROOM	DATA DE ENTREGA: 14/05	
OBJETOS DE CONHECIMENTO/CONTEÚDO: MULHERES ANARQUISTA E A GREVE GERAL PARTE 2		
HABILIDADE(S): (EF09HI05) Abordar o processo social, político e econômico, a articulação mercados estrangeiros. O desenvolvimento de novas categoria sociais consequentemente modificação nos costumes e culturas		
ESTRATÉGIAS E RECURSOS: FAZER A LEITURA E UM RESUMO NO CADERNO.		
FONTE: https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2017/04/greve-geral-ha-100-anos-quando-o-povo-foi-as-ruas/		
ORIENTAÇÕES:		
LEIA O TEXTO E COPIE NO CADERNO.		
EM TODAS AS DEVOLUTIVAS, COLOCAR:		
• ATIVIDADE DE HISTÓRIA - PROF. FÁBIA CRISTINA		
• NOME DO ALUNO _____ NÚMERO _____ SÉRIE _____		

Greve geral no Brasil: dos anarquistas ao ‘derruba o general’

O primeiro movimento de que se tem registro ocorreu em São Paulo, em meados de 1917, em um período de forte influência anarquista, mas também com participação dos socialistas. Era o início da organização operária no país. Época também marcante do início da mobilização social que daria suporte ao fim da chamada República Velha, no começo dos anos 1930, que ainda veria surgir, em 1937, o Estado Novo de Getúlio Vargas. Em 1943, viria a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), hoje objeto de “reformas” por parte do governo Temer, outro dos motivos para a paralisação do dia 28. Depois da histórica greve de 1917, que durou três dias e paralisou a capital paulista, alguns movimentos foram registrados, por exemplo, nos anos 1950 – quando se consolidava um período de industrialização e de organização sindical no Brasil. Também durante e após a ditadura, na década de 1980, quando se cunhou o bordão “a greve geral derruba o general”, referência ao período autoritário.

1917: São Paulo parada

A cavalaria avançou contra os operários durante protesto diante da Tecelagem Mariângela, empresa do grupo Matarazzo inaugurada em 1904 na Rua Monsenhor Andrade, no bairro operário do Brás, centro paulistano, e tombada em 1992. No ataque, morreu com um tiro no peito o jovem José Martinez, 21 anos, espanhol, sapateiro e anarquista.

Era 9 de julho de 1917, ele havia chegado ao Brasil com sua família em janeiro. O cortejo fúnebre, dois dias depois, tomou a região central rumo ao Cemitério do Araçá, e depois para a Praça da Sé, em uma “das mais impressionantes demonstrações populares até então verificadas em São Paulo”, segundo relato de Edgard Leuenroth, tipógrafo, jornalista, condenado naquele ano como um dos articuladores da greve geral, a primeira de que se tem registro no Brasil. O movimento teria atingido 50 mil pessoas, quando a cidade tinha 500 mil habitantes.

Leuenroth (1881-1968) ajudou a formar um grande [arquivo sobre a memória operária](#), hoje sob responsabilidade da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Naquele ano de 1917, criou o jornal *A Plebe*, sob orientação anarquista, que exercia forte influência entre os trabalhadores.



No início do século, a imprensa operária, como os jornais *A Plebe* (de orientação anarquista) e *Avanti* (comunista), já disputam a “narrativa” com a imprensa comercial

O cortejo de Martinez saiu da Rua Caetano Pinto, no Brás – onde hoje fica a sede nacional da CUT. A família do operário morava no número 91 daquela rua, um reduto da colônia italiana, cujo nome, dado um ano antes, faz homenagem a um tenente-coronel. A multidão se concentrou desde as 7h, “sob intenso frio e chuva fina”, conta o jornal *Fanfulla*: “Homens, mulheres e crianças acotovelavam-se e agitavam bandeiras vermelhas à espera do funeral”. Martinez era funcionário de fábrica de calçados Bebê, cujos empregados se organizaram para ajudar a família. O corpo saiu às 8h30, e a cidade parou: Avenida Rangel Pestana, Ladeira do Carmo, Rua XV de Novembro, Rua São Bento, Viaduto do Chá, Rua Barão de Itapetininga, Praça da República, Avenida Ipiranga, Rua da Consolação. O povo foi estimado em 10 mil pessoas. Já no cemitério, com discursos em português, italiano e espanhol, falaram, entre outros, Leuenroth, de *A Plebe*, e Thedoro Monicelli, do jornal socialista *Avanti*, relata a pesquisadora Christina Lopreato, em sua tese de doutorado em História, apresentada em 1996. Entre outras reivindicações, eles pediam soltura de grevistas, liberdade de organização e aumento salarial. Monicelli afirmou, segundo texto do *Fanfulla* citado pela pesquisadora, que era preciso “induzir o governo e o poder municipal a pôr fim no aumento dos gêneros alimentícios, pois de nada adiantava conseguir um aumento de 20% se os preços continuavam a subir”. A Mariângela tinha 1.800 ou até 2.500 funcionários, conforme a fonte de informação, na maioria mulheres, que predominavam no setor têxtil. Também havia muitos menores de idade trabalhando em fábricas, onde não havia quaisquer “condições de trabalho”. Reajuste

salarial era algo fora de cogitação. Mas o operariado começava a se organizar. Até hoje, há um debate sobre as origens da greve de 1917: espontânea ou organizada? Alguns pesquisadores apontam a primeira opção, mas autores como Christina Lopreato e Luigi Biondi destacam que já havia uma organização em curso no Brasil. O mundo sofria novas influências.

“De forma geral, o ano de 1917 foi caracterizado mundialmente por toda uma série de protestos, motins e greves sem precedentes, cujo evento maior foi – como todos sabemos – a revolução russa, momento ligado exatamente a processos de organização sindical e política, no qual misturavam-se fenômenos de autoconstituição e de intervenção política e organizativa externa nas organizações operárias, mas que surgiam de um estado de revolta aberta que ia além da luta contratual entre empresários e trabalhadores usualmente praticada”, escreveu o professor Biondi em 2009.

Em reunião no mesmo dia 11, após o enterro de Martinez, o Comitê de Defesa Proletária e dezenas de organizações se reúnem e aprovam uma pauta com 15 itens. Eles querem libertação de presos durante a greve, garantia de não punição a quem participar do movimento, reajuste salarial, jornada de oito horas diárias, fim de exploração de mão de obra de menores e de mulheres no período noturno. Também foram incluídas reivindicações como redução no preço dos aluguéis e garantia de que inquilinos não fossem despejados.

No dia seguinte, 12 de julho, param padeiros, leiteiros, trabalhadores dos serviços de gás e luz. “A cidade amanheceu sem pão, sem leite, sem gás, sem luz e sem transporte. A atividade industrial foi paralisada. O comércio fechou as portas. Teatros, cinemas e casas de diversão adiaram as programações. O tráfego de bondes foi interrompido. (...) Os paulistanos jamais tinham presenciado um movimento de tal envergadura”, narra Christina Lopreato. Foram registrados vários confrontos pela cidade. A greve estava deflagrada. Outras pessoas morreriam em conflitos naqueles dias.

Alguns empresários cedem e concordam em dar 20% de aumento, entre eles um dos mais resistentes, o comendador Rodolfo Crespi, batizado de “Barão da Greve”. No dia 8, uma comissão de trabalhadores do Cotonifício Crespi havia reivindicado 20% de aumento, negado pela empresa, que tinha mais de 900 italianos entre seus 1.300 funcionários. O local abriga hoje um hipermercado, perto do estádio do Juventus, conhecido como Rua Javari, mas o nome oficial homenageia o comendador.

Uma comissão de jornalistas foi formada para intermediar um acordo. As negociações começaram no dia 14, um sábado, e prosseguiram pelo fim de semana, incluindo o presidente (equivalente a governador) de São Paulo, Altino Arantes. Surgiu uma proposta que incluiu libertação de presos, direito à associação, esforços para evitar altas de preços e falsificação de produtos alimentícios e medidas para evitar trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos. Três comícios foram realizados na segunda-feira, 16 de julho, no Largo da Concórdia, na Lapa e no Ipiranga, aprovando o acordo.

Foi “a primeira grande batalha do trabalho”, disse o Comitê de Defesa Proletária em manifesto. Se não conseguiram todas as reivindicações (*desideratuns*, no termo em latim), “ficará como exemplo para todos aqueles que contra o direito à vida das classes trabalhadores até hoje têm oposto a sua brutal resistência e violência”.

Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2017/04/greve-geral-ha-100-anos-quando-o-povo-foi-as-ruas/>